



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

07 de janeiro 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 07/01/2015
Assunto: Piso Salarial		Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE



O PISO

O ÍNDICE DE REAJUSTE DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO, A SER DECRETADO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, FOI UM DOS TEMAS TRATADOS ENTRE O NOVO MINISTRO CID GOMES (D) E O SECRETÁRIO EDUARDO DESCHAMPS (E), TAMBÉM PRESIDENTE INTERINO DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DA EDUCAÇÃO (CONSED). A REVISÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO E OS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO TAMBÉM FORAM TRATADOS DURANTE A REUNIÃO.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 07/01/2015
Assunto: Reajuste		Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE



MOACIR PEREIRA

O ÍNDICE

O ministro Cid Gomes anunciou que o índice de reajuste do piso salarial do magistério será de 13% durante reunião com lideranças sindicais do país. Esteve no encontro a professora catarinense Marta Vanelli, secretária geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Os secretários da Educação pediram recursos federais para a efetivação do reajuste por Estados e municípios.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Artigos

Data: 07/01/2015

Assunto: Exemplos na educação

Página: 19

DIÁRIO CATARINENSE

REPENSANDO A EDUCAÇÃO

JOÃO BATISTA OLIVEIRA

Especialista em educação



O título é o mesmo do livro que acabo de publicar propondo repensar a educação brasileira a partir das evidências sobre o que funciona melhor para ensinar e a experiência dos países bem-sucedidos na área. Não existe solução única, mas é consenso que a escola pública não funciona e que a particular não é lá essas coisas. Segundo a Prova Brasil 2011, só 37% dos alunos do 5º ano e 22% do 9º têm desempenho satisfatório em Língua Portuguesa. Em matemática, o resultado é ainda pior: 33% e 12%.

O baixo nível da nossa educação relaciona-se com o modelo de expansão acelerada, os desarranjos do federalismo, os mecanismos de financiamento, a ineficácia na gestão e no uso das verbas (metade é desperdiçada!), a força do corporativismo e do clientelismo no desenho e na implementação das políticas e, sobretudo, a falta de instituições que são o cerne de qualquer projeto educativo.

Proponho quais deveriam ser os pilares de um projeto nacional de educação: uma política para

É preciso atrair e formar docentes e gestores, currículos adequados e estímulo à inovação

atrair e formar docentes e gestores, currículos adequados, políticas integradas para a primeira infância, diversificação do ensino médio, avaliação, formas mais eficientes de financiamento

to e estímulo à inovação e novos papéis para os três níveis de governo.

Não se trata de criar programas ou projetos efêmeros, mas de desenvolver instituições e mecanismos que assegurem vitalidade permanente às políticas na área. O problema é que a população está satisfeita com a educação. Para a maioria, a escola dos filhos é melhor do que a que tiveram. E para a classe média e as elites é cômoda a situação de precisar fazer pouco para estar acima da massa e manter seus privilégios. Sem pressão social é difícil que os governos se mobilizem.

Nossas crianças e jovens não estão aprendendo como poderiam, estão sendo privados de participar dos benefícios e oportunidades aqui e fora do país. É nossa responsabilidade corrigir isso. O livro é um convite ao debate



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: Sua Vida	Data: 07/01/2015
Assunto: Piso Salarial		Página: 17

A NOTÍCIA

Piso salarial dos professores vai para R\$ 1.918,16

O piso salarial dos professores, definido em lei de 2008, deve ser reajustado em 13%, segundo estimativa da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). De acordo com a projeção, o valor aumentará de R\$ 1.697,39 para R\$ 1.918,16 em 2015.

O Ministério da Educação (MEC) deve anunciar ainda nesta semana o novo valor. De acordo com a chamada Lei do Piso

(11.738/2008), o critério para reajuste é a variação entre o valor aluno/ano do ciclo inicial do ensino fundamental urbano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) nos dois anos anteriores. Esse reajuste deve ser concedido em janeiro. Os cálculos levam em conta a variação entre as estimativas dos

custo do aluno por ano do Fundeb de R\$ 2.022,51 para 2013 e de R\$ 2.285,57 para 2014.

A CNM reivindica alterações no cálculo e protocolou na última segunda-feira audiência com o ministro da Educação, Cid Gomes. A entidade argumenta que o aumento tem sido muito superior à inflação e ao crescimento das receitas municipais, provocando impacto nas contas

das prefeituras.

O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê equiparar o rendimento médio dos professores ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente até o final do sexto ano de vigência do plano. Pesquisas apontam que o ganho médio dos professores é 40% mais baixo do que de profissionais com a mesma titulação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Política	Data: 07/01/2015
Assunto: Piso Salarial		Página: 12

Notícias do Dia

EDUCAÇÃO

Piso salarial dos professores é reajustado

O Ministério da Educação (MEC) informou, ontem à noite, que o piso salarial do magistério terá aumento de 13,01%. Com o reajuste, o salário inicial passará para R\$ 1.917,78 a partir deste mês. O cálculo está previsto na Lei do Piso (Lei 11.738/2008), que vincula o aumento ao percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno, referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano.

O novo montante é relativo ao salário inicial dos professores de escola pública, com formação de nível médio e jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Segundo o MEC, nos últimos

dias, o ministro da Educação, Cid Gomes, reuniu-se com representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

De acordo com a lei, a correção do piso reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno, definido nacionalmente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação (Fundeb). O piso salarial subiu de R\$ 950, em 2009, para R\$ 1.024,67, em 2010, e R\$ 1.187,14, em 2011, conforme números divulgados no site do MEC. Em 2012, o valor vigente era R\$ 1.451. Em 2013, o piso passou para R\$ 1.567 e em 2014 foi reajustado para R\$ 1.697. O maior reajuste foi registrado em 2012, com 22,22%.

Para Roberto Leão, presidente da CNTE, o reajuste praticado cumpre a lei, embora ainda não seja o considerado melhor para os trabalhadores da categoria.


SALÁRIO
A remuneração inicial passará para R\$ 1.917,78 a partir deste mês



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 07/01/2015
Assunto: Reunião	Página: Online	



Secretário Estadual de Educação, Eduardo Deschamps, reúne-se com ministro Cid Gomes



O índice de reajuste do piso salarial do magistério, a ser decretado pelo Ministério da Educação, foi um dos temas tratados entre o novo ministro Cid Gomes e o secretário Eduardo Deschamps, também presidente interino do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed). A revisão curricular do ensino médio e os programas de alfabetização também foram tratados durante a reunião.

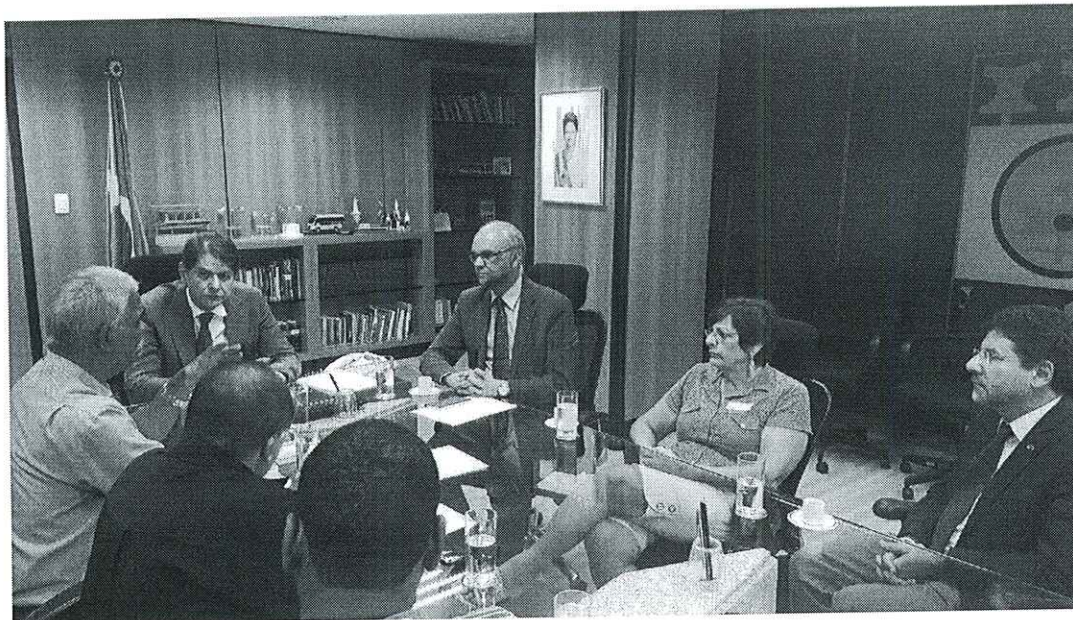


SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 07/01/2015
Assunto: Piso Salarial		Página: Online



Ministro Cid Gomes anuncia reajuste de 13% no piso salarial do magistério



O ministro Cid Gomes anunciou que o índice de reajuste do piso salarial do magistério será de 13% durante reunião com lideranças sindicais do país. Esteve no encontro a professora catarinense Marta Vanelli, Secretária Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Os secretários da Educação pediram recursos federais para a efetivação do reajuste por Estados e Municípios.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 07/01/2015
Assunto: Piso Salarial		Página: Online

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Piso nacional de professores tem aumento de 13% e chega a R\$ 1.917

O piso nacional dos professores da educação básica terá um reajuste de 13%, saltando dos atuais R\$ 1.697 para R\$ 1.917,78. Isso significa que nenhum docente da rede pública do país, do ensino infantil ao médio, com jornada de 40 horas semanais, poderá ter remuneração abaixo desse valor.

O percentual do aumento foi divulgado na tarde desta terça-feira (6) pelo Ministério da Educação e segue fórmula estabelecida em lei de 2008. No ano passado, o reajuste foi de 8,34%.

De acordo com levantamento mais recente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), de maio do ano passado, 10 Estados ainda pagam abaixo do piso.

MUDANÇA DA REGRA

De acordo com a legislação, o aumento da remuneração dos professores tem como referência o crescimento, de um ano para outro, do custo do aluno dos anos iniciais do ensino fundamental no Fundeb, fundo nacional para financiar o ensino público.

Composto por uma parte da arrecadação de diferentes impostos, o Fundeb é impactado pelo comportamento da economia nacional: quanto maior o crescimento do país, maior a arrecadação do fundo e, assim, maior o reajuste do professor.

Gestores alegam que esse modelo precisa ser alterado, sob risco de comprometer ainda mais o orçamento enxuto dos Estados e municípios. O argumento é de que a divulgação do reajuste em janeiro, como previsto em lei, acaba afetando a programação dos gastos anuais, já concluída anteriormente.

REUNIÕES

Nos últimos dois dias, o piso foi tema de reuniões do novo ministro da Educação, Cid Gomes (Pros), com entidades que representam os Estados, municípios e trabalhadores da



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

educação. A intenção agora é retomar as discussões sobre revisão do modelo de cálculo do piso.

Sugestões para a nova fórmula já foram feitas pelos dois lados. Em 2013, governadores sugeriram um reajuste com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurado pelo IBGE) do ano anterior, acrescido de 50% da variação real (descontada a inflação) do Fundeb.

Já os trabalhadores defenderam o INPC mais 50% da variação nominal (sem descontar a inflação) do Fundeb. O próprio ministro, quando governador do Estado do Ceará, também criticou o modelo vigente.

'COLAPSO FINANCEIRO'

Em 2011, o STF (Supremo Tribunal Federal) concluiu ser constitucional a lei que definiu o reajuste do piso. O posicionamento da Corte foi motivado por questionamento de cinco governos, entre eles o Ceará. Após a decisão, o Estado ainda recorreu ao STF para adiar o cumprimento da nova regra, em mais 18 meses.

Em nome do governador, a Procuradoria-Geral do Estado do Ceará argumentou na ocasião que a imediata aplicação provocaria "colapso financeiro e até mesmo impossibilidade de cumprimento da lei por parte de diversos Estados."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 07/01/2015
Assunto: 8º Prêmio Nacional de Redação do Programa Cooperjovem		Página: Online



Três estudantes de SC vencem 8º Prêmio Nacional de Redação do Programa Cooperjovem

Santa Catarina teve três vencedores no 8º Prêmio Nacional de Redação do Programa Cooperjovem, promovido pelo SESCOOP Nacional. O primeiro e o segundo lugar da categoria II (6º ao 9º ano) foram conquistados pelos alunos Leandro Witt e Melissa Hoefelmann, respectivamente, e o segundo lugar da categoria I (4º e 5º ano) foi ocupado pelo estudante Kairos André Chiodini.

O objetivo do prêmio é reconhecer publicamente as melhores produções de textos, que têm na cultura da cooperação o alicerce à pesquisa, ao hábito da leitura e aprimoramento da escrita, decisivos para o desenvolvimento individual, no acesso ao conhecimento, no relacionamento social, no sucesso escolar e exercício da cidadania.

Os três primeiros alunos colocados de cada categoria receberão: 1º lugar - um notebook; e 2º e 3º lugar - um tablet. Além disso, as escolas dos três primeiros colocados também receberão como prêmio um notebook. A cerimônia de premiação está prevista para ser realizada na sede da OCB, em Brasília, no dia 06 de fevereiro de 2015.

Ranking Etapa Nacional:

Categoria I (4º e 5º ano):

- 1º lugar: Clemilson da Silva, da Paraíba
- 2º lugar: Kairos André Chiodini, de Santa Catarina
- 3º lugar: Andressa Alexandre da Costa, da Paraíba

Categoria II (6º e 9º ano):

- 1º lugar: Leandro Witt, de Santa Catarina
- 2º lugar: Melissa Hoefelmann, de Santa Catarina
- 3º lugar: João Vitor de Paula, do Paraná

ETAPA ESTADUAL:

Os inscritos para o prêmio em Santa Catarina foram 9.579 alunos, de 54 escolas do programa Cooperjovem, sendo 3.690 alunos na categoria I (4º e 5º ano) e 5.889 alunos na categoria II (6º ao 9º ano). Um total de 233 redações, sendo 126 da categoria I e 107 da categoria II, foram julgadas pela Comissão Estadual do SESCOOP/SC.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Os três primeiros classificados de cada categoria na etapa estadual receberão um tablet, além de troféu e certificado, na cerimônia de entrega que está prevista para ser realizada pelo SESCOOP/SC, no início de 2015 (data e local a confirmar). Os dez finalistas de cada categoria informados terão suas redações publicadas pelo SESCOOP/SC.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 07/01/2015
Assunto: Avaliação		Página: Online



MINISTRO DA EDUCAÇÃO QUER PROVA ANUAL PARA ALUNOS DA REDE PÚBLICA

Atualmente, estudantes são avaliados em português e matemática a cada dois anos

Fonte: Folha de S.Paulo (SP)

O novo ministro da Educação, Cid Gomes, afirmou nesta segunda-feira (5) que quer uma avaliação anual dos estudantes da educação básica de rede pública. Atualmente, esse exame, chamado Prova Brasil, é aplicado de dois em dois anos.

"É fundamental que a gente estabeleça metas. Metas de acesso, metas de regularidade, metas de aprendizado e avaliações permanentes. Eu, por exemplo, pretendo fazer com que as avaliações, hoje feitas de dois em dois anos, possam ser feitas anualmente", disse ao "Bom dia Brasil", da Rede Globo.

A Prova Brasil avalia conhecimentos em português e matemática dos alunos do 5º e 9º anos do fundamental.

AVALIAÇÃO DE DIRETORES

O ministro indicou que pretende aplicar uma avaliação dos diretores das escolas, mas destacou que a iniciativa tem "como premissa fundamental a voluntariedade".

"É fundamental escola com bons diretores, [eles] fazem diferença. (...) Nós pretendemos, com avaliações, estimular os Estados a adotarem [as avaliações] e o governo federal poder ajudar no financiamento, melhorar o salário, e na sequência fazer isso [prova] com professores".

No caso dos professores, ponderou Cid, a avaliação poderia ser utilizada como "passaporte para o ingresso" do profissional na carreira docente, em vagas ofertadas por Estados ou municípios.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ENSINO MÉDIO

Cid Gomes defendeu a possibilidade de o jovem no ensino médio ter acesso a "currículos diferenciados", como havia afirmado em cerimônia de transmissão do cargo.

Na ocasião, ele disse que pretende definir um novo currículo para o ensino médio no prazo de dois anos.

"[O estudante poderia cursar] algumas disciplinas que sejam base do currículo e outras disciplinas que possam ser opcionais, segundo a vocação e o gosto de cada estudante", declarou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 07/01/2015
Assunto: Avaliação para professores		Página: Online



CID GOMES DEFENDE UM "ENEM PARA PROFESSORES"

O ministro declarou que a sua gestão estará aberta ao diálogo. Ele enfrentou ruzgas com a categoria quando era governador do Ceará

Fonte: O Povo (CE)

O novo ministro da Educação, Cid Gomes (Pros), afirmou ontem que qualquer tipo de avaliação deverá ser feita por opção do Professor e que pretende avaliá-los anualmente. Atualmente, a avaliação é preparada de dois em dois anos. “Deve-se imaginar alternativas, estímulos que levem os Professores a fazerem esse tipo de avaliação. Uma delas pode ser essa já colocada pelo ex-ministro Haddad. Você, tendo um Professor passado por uma avaliação nacional, ele já fica com, vamos dizer assim, um Enem, um passaporte para o ingresso no magistério de um município ou de um Estado”, afirmou Gomes em Brasília numa entrevista ao programa Bom Dia Brasil, da TV Globo.

Cid também disse que quer uma avaliação anual dos estudantes da Educação básica de rede pública. Atualmente, esse exame, chamado Prova Brasil, é aplicado de dois em dois anos. Leia também

Acrescentou que vai cumprir os compromissos assumidos pela presidente Dilma. Entre os quais, ampliar as ofertas de Creches e do Ensino em tempo integral, valorizar o Professor, e fazer a revisão do currículo do Ensino médio. “O Ensino médio é, sem dúvida, o setor da Educação que tem os piores resultados e ainda tem um desafio de acesso. É fundamental que a gente coloque sempre que o papel do Governo federal é um papel normativo, é um papel regulativo, é um papel de estímulo”, disse.

O ministro também destacou que o Governo vai continuar a investir no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e que a meta é capacitar 12 milhões de brasileiros até o término do segundo mandato da petista.

Diálogo com Docentes Em seu primeiro discurso como ministro da Educação, Cid afirmou que a sua gestão estará aberta ao diálogo com os Docentes. Declarou que a sua experiência política permitiu conhecer “as necessidades do corpo Docente”.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O novo titular da pasta, cujo orçamento é um dos maiores da Esplanada dos Ministérios, já enfrentou rusgas com a categoria no passado, quando era governador do Ceará.

“Gostaria agora de me dirigir a todos os Professores brasileiros: sou filho e irmão de Professores. Fui também Professor. Pretendo me reunir com seus representantes, convidando-os para contribuir ainda mais para as políticas nacionais”.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 07/01/2015
Assunto: Piso Salarial		Página: Online



NOVO PISO DE PROFESSOR CUSTARÁ R\$ 7 BI A CIDADES

Desde 2008, a correção reflete a variação no valor anual mínimo por aluno, definido pelo Fundeb e que deve ficar entre 12% e 14%

Fonte: Gazeta do Povo (PR)

O novo piso salarial dos professores, que será anunciado amanhã, deve custar R\$ 7 bilhões aos municípios e estados brasileiros. Os cálculos são de um levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). A entidade alega que o valor é superior ao total repassado pelo Fundo de Participação dos Municípios no ano passado – cerca de R\$ 6,7 bilhões.

“Todas as prefeituras e estados serão afetados. As prefeituras não têm condições financeiras para pagar esse reajuste. Temos sérias dificuldades de arrecadação. O governo federal não quer enfrentar essa realidade”, afirma o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

O ministro da Educação, Cid Gomes, vai anunciar um reajuste que deve ficar entre 12% e 14%. Em janeiro do ano passado, o reajuste foi de 8,32%, o que deixou o piso do magistério em R\$ 1.697. O valor é reajustado anualmente como determina a Lei do Piso, de 2008.

A correção, segundo o MEC, reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno, definido nacionalmente no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do ano anterior. O valor é a remuneração mínima do professor de nível médio com jornada de 40 horas semanais.

Com base na lei vigente, a CNM calcula o reajuste do piso do magistério em 13,01%. Segundo o MEC, de 2009 a 2014, o piso nacional do magistério foi corrigido em 78,63%. “Nesse período o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado foi de 31,78%. É preciso revisar o critério de reajuste. Essa forma implica em aumento superior à inflação”, afirma Ziulkoski.

A entidade defende a aprovação do texto original do Projeto de Lei 3.776/2008, do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que estabelece o INPC como



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

critério de reajuste anual do piso salarial. A CNM ainda reivindica que a lei federal fixe o reajuste o piso dos professores pela inflação e que aumentos reais nos vencimentos do magistério público sejam negociados pelos governos .

Paraná

No Paraná, o salário inicial de um professor na rede estadual com jornada de 40 horas semanais é de cerca de R\$ 2,4 mil, conforme dados passados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato).

Apesar de o salário ser maior que o piso nacional, o presidente do sindicato, Hermes Leão, defende que o reajuste porcentual que será definido tenha impacto na rede estadual e redes municipais do Paraná. “Vamos fazer essa cobrança para que ocorra essa aplicação do reajuste no salário do magistério. O poder público deve cumprir o reajuste”, afirma.

>>Paraná

Salário de temporários está atrasado e só deve ser pago na quinta-feira

Os salários referentes ao mês de dezembro de 36 mil professores temporários da Rede Estadual de Educação só serão pagos no próximo dia 8. A informação foi dada ontem pela Secretaria Estadual de Educação.

Esses servidores são contratados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS) e deveriam ter recebido os pagamentos, segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), no último dia 30.

A justificativa do governo estadual é de que “o pagamento dos professores com contratos temporários pode ser feito até o quinto dia útil, neste caso, 8 de janeiro”.

O presidente do APP-Sindicato, Hermes Leão, afirma que a lei estadual determina que o pagamento dos salários seja efetuado até o último dia de cada mês.

Liminar

“Pressionamos para que o pagamento fosse realizado no prazo”, afirma. A entidade chegou a entrar um pedido de liminar requerendo o pagamento imediato dos salários.

Segundo Leão, o sindicato quer cobrar o Judiciário para que julgue o pedido de liminar. “O professor temporário também é servidor estadual e já deveria ter recebido seu salário”, ressalta. Na quinta-feira (1º), cerca de 50 professores protestaram durante a posse do governador Beto Richa (PSDB), pedindo o pagamento dos salários.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 07/01/2015
Assunto: Piso Salarial		Página: Online



Piso dos professores é reajustado e passa para R\$ 1.917,78

O Ministério da Educação (MEC) informou nesta terça-feira (6) que o piso salarial do magistério terá aumento de 13,01%. Com o reajuste, o salário inicial passará para R\$ 1.917,78 a partir deste mês.

O cálculo está previsto na Lei do Piso (Lei 11.738/2008), que vincula o aumento ao percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno, referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano.

O novo montante é relativo ao salário inicial dos professores de escola pública, com formação de nível médio e jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Segundo o MEC, nos últimos dias, o ministro da Educação, Cid Gomes, reuniu-se com representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

De acordo com a lei, a correção do piso reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno, definido nacionalmente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O piso salarial subiu de R\$ 950, em 2009, para R\$ 1.024,67, em 2010, e R\$ 1.187,14, em 2011, conforme números incluídos no site do MEC. Em 2012, o valor vigente era R\$ 1.451. Em 2013, o piso passou para R\$ 1.567 e em 2014 foi reajustado para R\$ 1.697. O maior reajuste foi registrado em 2012, com 22,22%.

Para Roberto Leão, presidente da CNTE, o reajuste cumpre a lei, embora ainda não seja o "que consideramos melhor para os trabalhadores". Segundo ele, a Lei do Piso é "importantíssima para o cumprimento do PNE [Plano Nacional de Educação]". Uma das metas previstas no plano estabelece prazo de seis anos para equiparação do salário dos professores ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente. Conforme Leão, o rendimento médio dos docentes representa aproximadamente 60% dos salários médios dos demais profissionais.

Para a Confederação Nacional de Municípios (CNM), o aumento, que tem sido praticado acima da inflação, representará custo maior com a folha e menos investimentos em reformas e infraestrutura das escolas, além de outros itens fundamentais à qualidade do ensino.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Com certeza, teremos municípios e estados com dificuldade", disse Cleuza Repulho, presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). "Precisaremos da regulamentação dos royalties do petróleo e do PNE em funcionamento para garantir novos recursos. A arrecadação dos estados e municípios foi menor que a esperada", acrescentou.

Segundo Cleuza, a entidade voltará a se reunir com o ministro até o fim do mês para cobrar maior participação da União nos gastos dos entes federativos com educação. Também pedirá a retomada do grupo de trabalho para revisão do reajuste do piso.

A proposta da entidade é que o reajuste leve em consideração a variação do Fundeb e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), estabelecendo novos salários intermediários às duas variações. "Entendemos que não é o que o professor precisa ganhar, mas agora não tem como ser um valor superior à inflação", concluiu Cleuza.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 07/01/2015
Assunto: Piso Salarial		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Piso salarial de professores terá aumento de 13,01% e irá a R\$ 1.917,78

*Valor vale para professor de escola pública com regime de 40 h semanais.
O valor anterior era de R\$ 1.697,39.*

O governo federal vai reajustar o piso nacional de professores em 13,01%, e o valor passará a ser de R\$ 1.917,78 para docentes de escolas públicas com 40 horas de trabalho semanais. O valor anterior era de R\$ 1.697,39. O novo piso entra em vigor nesta terça-feira (6). Os estados e municípios precisam se adequar para pagar o novo salário aos professores já em fevereiro.

Segundo nota do Ministério da Educação, o ministro Cid Gomes reuniu-se nos últimos dias com representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) para determinar o valor do novo piso.

Conforme a legislação vigente, a correção do piso reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O piso salarial passou de R\$ 950, em 2009, para R\$ 1.024,67, em 2010, e R\$ 1.187,14, em 2011, conforme valores informados no site do MEC. Em 2012, o valor vigente era R\$ 1.451; em 2013, passou para R\$ 1.567; e, em 2014, foi reajustado para R\$ 1.697,39. O maior reajuste foi 22,22%, em 2012.

A Confederação Nacional de Municípios enviou ofício ao MEC solicitando audiência com o ministro Cid Gomes para mudar os critérios de reajuste do piso do magistério. Segundo a entidade, o aumento do piso nacional tem sido muito superior à inflação e ao crescimento das receitas municipais.